

Existem, porém, além do petróleo outras matérias primas que estão expandindo-se, embora em escala menor. Entre eles destaca-se algodão, mamona e sisal. A participação desses produtos é contudo pouco importante. Para mamona e sisal as vendas interregionais representam apenas 5% das exportações internacionais do mesmo produto. No que concerne os minérios, seu crescimento era até 1966 muito irregular e pouco expressivo. Nos últimos anos constatou-se, porém, uma expansão rápida. Nesse campo abrem-se efetivamente grandes perspectivas. A Bahia possui a maior reserva de metais não ferrosos do Brasil. As jazidas de chumbo são das mais importantes do mundo e o produto é utilizado principalmente na indústria automobilística para fabricação de baterias e acumuladores. O Estado da Bahia responde também pela maior parte da produção brasileira de minério de barro, magnesita, diamantes industriais, cristal-de-rocha, mica, minérios de cromo e manganês. Referência especial merece o cobre. De grande consumo industrial, o cobre é depois do petróleo o item mais volumoso nas importações brasileiras de bens minerais. Ora, nos últimos anos descobriu-se no Vale do Curaça (BA) importantes reservas que seriam suficientes para abastecer o mercado nacional pelo menos durante 15 anos. É previsto que num futuro bem próximo as exportações de cobre da Bahia sejam superior ao valor total das exportações de cacau. Anuncia-se portanto uma profunda modificação nas exportações de matérias primas. No momento atual elas ficam contudo altamente concentradas em torno do petróleo. Tomando a média dos últimos três anos em estudo a classe 2 mostra aproximadamente a seguinte composição percentual:

- petróleo	92%
- Peles e couros	2%
- Minérios	1%
- Mamona	1%
- Algodão	0,8%

- Sisal	0,5%
- Piaçava	0,5%
- Madeiras	0,2%

5.1.4. O caso do petróleo

Seria uma tarefa bastante complexa determinar exatamente os benefícios que a Bahia tirou das exportações do 'seu' petróleo. O presente trabalho limita-se apenas a algumas observações gerais.

Desde 1939 encontrava-se petróleo na Bahia. A lei nº 2.004 de 03 de outubro de 1953 estabelecia o monopólio estatal que reserva ao governo federal a exploração, a produção, o refino e o transporte de óleo bruto e seus derivados ¹⁾. A mesma lei criou a Petróleo Brasileiro S/A, PETROBRÁS, sociedade de economia mista encarregada de administrar o monopólio federal. Em 1969 o capital social da empresa era de 2.465 milhões de cruzeiros. O maior acionista é o Governo Federal com 74% das ações, seguindo-se os Estados e o Distrito Federal com 17,2%, os Municípios com 4,3% e os particulares com 3,8%.

Em 1969 a Petrobrás produziu 10.023 mil m³ de petróleo dos quais cerca de 90% foram oriundos dos campos do Recôncavo baiano. Estima-se que a produção interna cobre cerca de 50% das necessidades do consumo nacional. Nos anos 60 as importações de petróleo e derivados representaram em média 15% do valor total das importações.

Aparece assim que além das exportações internacionais também as exportações interregionais da Bahia contribuíram fortemente para o desenvolvimento industrial do Centro-Sul, enquanto o petróleo 'baiano' ajudava a economizar anualmente somas importantes de divisas estrangeiras. Não tem a menor dúvida que

1) A partir de 1963 também as importações tornaram-se monopólio.

pelo menos até agora esses esforços não foram plenamente remunerados. Os benefícios diretos que a Bahia tira do petróleo limitam-se aos salários, compras locais e royalties que a Petrobrás paga ao Estado. A soma desses três componentes representa em média 40% do valor total das exportações de petróleo da Bahia. Em outras palavras, por cada cruzeiro exportado a renda diretamente criada na Bahia é apenas de 40 centavos. Essa relação é certamente bastante baixa. Pode-se estimar que para cada cruzeiro de cacau a renda direta é pelo menos de 90 centavos.

É contudo bem provável que os efeitos indiretos do petróleo sejam superior à maioria dos produtos exportados pela Bahia. Nesse sentido a contribuição do petróleo ao desenvolvimento local é indiscutível. Entre tais efeitos indiretos pelo menos quatro merecem destaque particular. Em primeiro lugar as necessidades da Petrobrás levaram à extensão e ao melhoramento do sistema de transporte e comunicações e outras obras infraestruturais, cujos custos foram em parte absorvidos pela mesma empresa. Através do sistema de sub-contratos a Petrobrás contribuiu em segundo lugar à formação do empresário local e à mão-de-obra qualificada. Como terceiro ponto nota-se a tendência que o petróleo é sempre mais industrializado na Bahia. De fato a participação do petróleo bruto no total das exportações baianas de combustíveis diminuía constantemente (1954: 54,1%, 1960: 22,5%, 1969: 2,4%). Finalmente, como último ponto, o petróleo confere importantes economias externas e vantagens locais ao nascente parque industrial da Bahia.

Para ilustrar os dois últimos pontos, lembra-se que já em 1950 ainda no tempo do Conselho Nacional do Petróleo, foi criada no Município de Mataripe a Refinaria Landulpho Alves, a mais antiga refinaria do país. Diretamente administrada pela Petrobrás, a empresa tem atualmente uma capacidade produtiva de 90.000 barris por dia, o que a coloca entre as 5 maiores refi-

narias do país. Em 1961 a Petrobrás resolveu instalar na ilha de Madre de Deus uma fábrica de asfalto que começou suas operações em julho de 1966. A fábrica pode produzir até 90.000 toneladas de asfalto por ano e atende basicamente os mercados da Bahia de Sergipe e de Alagoas. Em 1962 a Petrobrás inaugurou a Planta de Gás Natural, a única existente no Brasil, cuja função principal é a captação e o processamento de gás oriundo de poços petrolíferos, obtendo gasolina natural, hexana e gás liquefeito de petróleo. Sua capacidade produtiva é de cerca de 3.000 barris por dia.

Futuramente parte considerável dessa produção será utilizada pela Usina Siderúrgica da Bahia, USIBA. Ainda em fase de implantação, esse empreendimento foi criado em 1963 pela Companhia Siderúrgica Nacional e pela Companhia Vale do Rio Doce com a colaboração da SUDENE. Depois de concluída a empresa abastecerá o mercado nordestino com laminados planos, utilizando um processo de redução direta, já comprovado em escala industrial no México e cuja principal matéria prima é o gás natural.

O gás natural é também a principal matéria prima para o Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB). A empresa inaugurou recentemente as duas primeiras unidades de produção, uma para produzir cerca de 60.000 toneladas de amônia por ano, outra para 75.000 toneladas de ureia. Já existem importantes planos de ampliação. Os produtos do estabelecimento servem principalmente como insumos em indústrias de fertilizantes, matérias plásticas e de ração animal. É portanto uma indústria com fortes efeitos para frente.

5.2. O crescimento industrial da Bahia e a teoria de Ohlin - Heckscher

5.2.1. O problema

Tudo indica que na industrialização futura da Bahia o papel central será detido pelas indústrias básicas. Como o tamanho mínimo dessas indústrias exige geralmente mercados de vasta dimensão, a maior parte da sua produção será exportada, principalmente para outros estados brasileiros. Uma primeira repercussão do fenômeno já apareceu no aumento rápido das exportações interregionais de produtos químicos e maquinaria a partir de 1965. Por si mesmo o fato é sem dúvida altamente positivo, considerando-se que o poder germinativo das indústrias básicas é reconhecido em toda a literatura econômica.

Por outro lado sabe-se que as indústrias básicas (química e metalurgia essencialmente) figuram entre as mais intensivas de capital. Surge portanto a pergunta, enquanto esse tipo de indústria utiliza realmente o fator mais abundante da economia baiana, cuja abundância em mão-de-obra não ou pouco qualificada é uma das suas características principais. É um problema sério, porque além de ser fator produtivo o elemento humano representa também o verdadeiro objetivo do desenvolvimento econômico. Nesse sentido a SUDENE é frequentemente criticada por favorecer no Nordeste um tipo de industrialização altamente intensivo de capital. A esse respeito deve-se, aliás, lembrar que o próprio mecanismo da SUDENE altera naturalmente os preços relativos de capital e trabalho, enquanto os incentivos fiscais dos artigos 34/18 tem como efeito de render o capital mais barato no Nordeste. É contudo excluído que esse mecanismo eliminasse completamente as vantagens locacionais que o Nordeste deveria apresentar em indústrias intensivas de mão-de-obra por causa da sua relativa abundância de trabalho humano. Portanto, admitindo-se os pressupostos básicos da teoria de

Ohlin-Heckscher que a nível interregional é muito mais justificado do que a nível internacional ((27)), a Bahia deveria mostrar uma tendência significativa para especializar-se em indústrias intensivas de trabalho.

O que segue, é uma tentativa de esclarecer esse problema mediante um teste de duas hipóteses:

- a primeira (hipótese A) procura estabelecer enquanto a estrutura industrial da Bahia nos anos 1950, 1960 e 1969 e o crescimento industrial nos correspondentes períodos intermediários respeita efetivamente o modelo traçado por Ohlin e Heckscher;
- a segunda (hipótese B) deveria responder, no que concerne a Bahia, a crítica que acusa a SUDENE de favorecer uma industrialização altamente intensiva de capital.

5.2.2. Os indicadores

Para efetuar o teste da primeira hipótese duas medidas são necessárias, uma sobre a intensidade dos fatores nos vários ramos da produção industrial e outra sobre a especialização interindustrial da Bahia. Utiliza-se a classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) que divide as indústrias de transformação em 21 setores diversos.

A medida de intensidade dos fatores é representada por um coeficiente de mão-de-obra (c_m) que relaciona os salários dos operários com o valor da transformação (valor adicionado) de cada setor industrial em 1960 na Bahia.

$$c_{mi} = \frac{S_{i,Ba, 1960}}{VT_{i,Ba,1960}}$$

onde c_{mi} = coeficiente de mão-de-obra do setor i

$S_{i,Ba,1960}$ = salários pagos aos operários do setor i na Bahia em 1960

$VT_{i,Ba,1960}$ = valor de transformação do setor i na Bahia em 1960.

São excluídos os salários dos empregados não diretamente ligados à produção, porque essa categoria é geralmente composta de técnicos e quadros de nível superior, quer dizer mão-de-obra especializada que, pelo menos nas condições atuais da economia baiana não pode ser considerada como um fator abundante. Nota-se também que todos os valores do coeficiente de mão-de-obra referem-se a dados baianos. Admite-se de fato o pressuposto de Ohlin e Heckscher segundo o qual as funções de produção são idênticas em todas as regiões. Um teste de médias revela, aliás, que os coeficientes baianos não diferem significativamente dos coeficientes nacionais ao nível de 0,05.

Como indicador da especialização interindustrial usa-se um coeficiente de localização que relaciona a fração baiana do valor de transformação nacional do setor industrial i com a participação da renda baiana no total da renda brasileira:

$$l_{ci} = \frac{VT_{i,Ba} / VT_{i,Br}}{R_{Ba} / R_{Br}}$$

l_{ci} = coeficiente de localização do setor i

$VT_{i,Ba}$ = valor de transformação do setor i na Bahia

$VT_{i,Br}$ = valor de transformação do setor i no Brasil

R_{Ba} = renda baiana

R_{Br} = renda brasileira

Esse tipo de coeficiente representa uma medida relativa da concentração de um determinado setor industrial numa determinada região. Supondo-se que a demanda, a função de produção e o

nível de renda são idênticos em todas as regiões, pode-se até considerar que quando o coeficiente de localização é superior a um, a região está exportando parte desse produto, enquanto um coeficiente menor do que um significa que a região deve importar para satisfazer a demanda local.

Calculam-se os coeficientes de localização para os anos censitários 1950 e 1960 e para o levantamento anual da produção industrial em 1969. A fim de poder comparar o crescimento nos períodos intermediários, computam-se também os aumentos percentuais dos coeficientes entre 1950/1960 e 1960/1969 (cf. tab. 5.C., última coluna).

Não se pode esperar, porém, que esses dados representem de maneira significativa o impacto dos incentivos fiscais, pela simples razão que em 1969 a maior parte dos primeiros projetos da SUDENE estava ainda em fase de implantação. Para o teste da hipótese B prefere-se portanto construir indicadores próprios com dados mais recentes, publicados pela Secretaria de Indústria e Comércio. Dessa vez a unidade de análise não é mais o setor industrial, mas cada projeto aprovado pela SUDENE que se localiza na Bahia. Até fevereiro de 1972 a SUDENE tinha aprovado 118 projetos para implantação de novas indústrias na Bahia. A essa data, 49 projetos já estavam em funcionamento, 44 estavam em fase de implantação e 25 ainda em fase de preparação ((37))

É provável que as indústrias novas empreguem uma tecnologia bastante diferente daquela usada em 1960 nos setores correspondentes. A fim de levar em conta tal mudança, calcula-se para a hipótese B um coeficiente de mão-de-obra de cada projeto onde o número de empregos criados é dividido pelo montante do investimento em dólares.

$$c_{m.i} = \frac{E_i \times 100}{I_i}$$

Tab. 5.C. Especialização interindustrial

	Coef. de M.de.Obra	Coeficiente de Lo- lização			Aumento percent.	
		1950	1960	1969	1950/60	1960/69
Minerais n. met.	.272	1,09	1,23	2,21	13	79
Metalurgia	.252	0,40	0,14	0,46	-65	228
Mecânica	.261	0,17	0,01	0,22	-94	2300
Mat.elec.com.	.139	0,00	0,04	0,02	39000	- 50
Mat. de transp.	.148	0,28	0,23	0,21	-17	- 8
Madeira	.199	0,42	0,79	1,14	88	44
Mobiliário	.293	0,43	0,75	0,70	74	- 6
Papel e Papelão	.185	0,14	0,13	0,14	- 7	7
Borracha	.164	0,13	0,07	0,37	-46	428
Couros e Peles	.127	4,68	3,67	1,46	-21	-- 60
Química	.043	0,37	3,21	4,04	767	25
P. farm. medicam.	.200	0,00	0,02	0,02	566	0
P. de perfumaria	.093	,-	0,67	0,48	∞	28
P. de mat. plast.	.138	-	-	0,22	0	∞
Textil	.279	0,73	1,15	0,54	57	53
Vestuário	.283	0,57	0,36	0,38	-36	5
P. alimentícios	.197	1,80	0,86	0,64	-52	- 25
Bebidas	.118	1,24	1,10	1,43	-11	30
Fumo	.238	4,43	3,99	5,43	- 9	36
Editorial graf.	.288	1,41	0,69	0,60	-51	- 13
Diversas	.196	0,12	0,19	0,24	58	26

Fonte: Censo Industrial 1950, 1960
Produção Industrial 1969, IBGE

Tab. 5.D. Projetos industriais aprovados pela SUDENE
no Estado da Bahia até fevereiro de 1972
Distribuição percentual dos investimentos ¹⁾

	<u>Projetos em</u> <u>funcionamento</u>	<u>Projetos em</u> <u>instalação</u>	<u>Projetos em</u> <u>preparação</u>
Mineral não metal.	2,5	10,7	6,8
Metalurgia	3,6	41,1	68,3
Mecânica	2,5	4,8	0,3
Mat. elec. comunic.	6,4	2,9	1,5
Mater. de transporte	4,9	0,8	-
Madeira	5,2	2,2	0,4
Mobiliário	-	-	-
Papel e Papelão	-	1,9	-
Borracha	-	5,8	-
Couros e peles	-	-	-
Química	58,0	27,1	16,1
Prod. farmac. e med.	-	0,1	1,3
Prod. de perfumaria	-	-	-
Prod. de mat. plástica	0,1	-	0,6
Têxtil	3,1	-	-
Vestuário	0,4	-	2,2
Prod. alimentícios	3,9	0,7	1,7
Bebidas	8,5	-	-
Fumo	-	-	-
Editorial, gráf.	-	1,0	1,0
Diversas	-	0,7	0,2
	100	100	100

1) Valor total dos investimentos = 650 milhões de dólares, dis-
tribuídos da seguinte maneira:
proj. em funcionamento = 29,6%
projeto em instalação = 43,3%
projeto em preparação = 27,1%

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio, Bahia

E_i = número de empregos criados pelo projeto i

I_i = investimento do projeto i (em dólares)

A 'preferência' da SUDENE é indicada pela participação percentual de cada projeto no total dos investimentos realizados nas três categorias: categoria a, projetos em funcionamento; categoria b, projetos em implantação; categoria c, projetos em preparação.

$$l_{ci} = \frac{I_i}{I_j} ; \quad \begin{array}{l} i = 1 \dots n_a; 1 \dots n_b; 1 \dots n_c \\ j = a \dots c \end{array}$$

l_{ci} = coeficiente de 'preferência da SUDENE'

I_i = investimento (em dólares) no projeto i

I_j = investimento total da correspondente categoria.

5.2.3. Os resultados

Construídos os indicadores e dada a abundância relativa de mão-de-obra não qualificada na Bahia, dever-se-ia esperar, segundo a teoria de Ohlin-Heckscher, que altos coeficientes de mão-de-obra fossem associados a altos coeficientes de localização ou de preferência. O teste não paramétrico de tipo Spearman dá os seguintes coeficientes de correlação:

Hipótese A

$$r_{s,1950} = .33 \quad r_{s,1950/60} = -.33$$

$$r_{s,1960} = -.03 \quad r_{s,1960/69} = -.03$$

$$r_{s,1969} = -.02$$

Hipótese B

$$r_{s,a} \text{ (proj. em funcionamento)} = -.67$$

$$r_{s,b} \text{ (proj. em instalação)} = -.82$$

$$r_{s,c} \text{ (proj. em preparação) } = -.23$$

Nenhum dos coeficientes da primeira hipótese é significativo ao nível de 0,05. Porém, o coeficiente de 1950 é positivo e bastante alto o que permite concluir que naquele tempo o sistema era ainda em boa parte orientado para indústrias intensivas de trabalho. Já na década de 50 a situação se modificou. De fato, o coeficiente relativo ao crescimento entre 1950 e 1960 é negativo e bastante alto. Resulta da instalação de certas indústrias relativamente intensivas de capital que antes não existiam na Bahia, como era o caso dos produtos de perfumaria, material elétrico e de comunicações. Nesses anos também a indústria química, cujo coeficiente de trabalho é o mais baixo, realizou crescimento muito forte. De tal maneira o coeficiente de 1960 mostra-se negativo, embora com um valor pouco elevado.

O que surpreende é que o crescimento industrial dos anos 1950 era até mais orientado versus indústrias intensivas de capital do que na década seguinte. A situação se explica parcialmente pelo fato que em 1950 o parque industrial da Bahia era ainda muito reduzido, em vários setores quase inexistente. Qualquer instalação nova dava por consequência fortes percentuais.

Em todo caso a evolução não pode ser atribuída a intervenção da SUDENE. Com efeito, os coeficientes da segunda hipótese são todos os três negativos. Os dois primeiros são altamente significativos ao nível de 0,05, mostrando portanto uma clara orientação para as indústrias intensivas de capital.

Mesmo que esses coeficientes revelem uma tendência bastante nítida, não se pode concluir que a teoria de Ohlin-Heckscher seja incapaz de explicar a especialização interindustrial da Bahia. O teste trabalhava de fato com o pressuposto que existem

são dois fatores produtivos, capital e trabalho. Ora, na sua formulação original, o modelo de Ohlin-Heckscher inclui também todos os outros fatores produtivos, como clima, solo, recursos naturais, etc. Quando os projetos da SUDENE são examinados mais de perto, descobre-se que a localização dos mais importantes entre eles foi determinada essencialmente pela existência de certos recursos naturais. Entre os projetos em funcionamento destacam-se principalmente a química e petroquímica, totalizando três projetos mais do que 40% dos investimentos realizados na categoria a: COPEB, Conjunto Petroquímico da Bahia = 16,5%; Paskin S/A Indústrias Petroquímicas = 13,8% e TIBRÁS, Titânio do Brasil = 12,9%. Dos projetos em instalação a USIBA, Usina Siderúrgica da Bahia, atraída pelo gás natural, absorve 32,2% dos investimentos da categoria b. 65,5% dos investimentos da terceira categoria serão realizados pela Caraiba S/A para explorar e reduzir o cobre do Vale de Caraiba. Esses exemplos ilustram que pelo menos no caso da Bahia, os recursos naturais exercem uma influência considerável sobre a localização industrial.

Por outro lado não é de se excluir que as facilidades oferecidas pelos incentivos fiscais induzem certas empresas a escolher uma tecnologia mais intensiva de capital. Nota-se contudo, que hoje em dia numa economia como a nordestina, as alternativas tecnológicas são muito limitadas.

Uma última observação faz-se no que concerne os mercados. Sua análise revela que a maior parte dos produtos industriais da Bahia é exportada para outros Estados nordestinos. Em relação a certos desses produtos a Bahia tem provavelmente uma ligeira vantagem comparativa em produtos intensivos de capital. Tal explicação foi sistematicamente analisada por Tatemoto e Ichimura no caso do Japão onde se constatou que o Japão exporta para os países industrializados produtos intensivos de

mão-de-obra e para os países subdesenvolvidos produtos intensivos de capital ((27)).

Com essas considerações salva-se sem dúvida a teoria de Ohlin-Heckscher mas não se resolve o problema das escassas oportunidades de emprego na Bahia.

5.3. Distância e Mercados

5.3.1. A distribuição geográfica dos mercados interregionais

Apesar de ser tão amplo, que seu controle empírico torna-se difícil, o modelo de Ohlin-Heckscher não considera um fator importante na explicação do comércio exterior. É a distância ou o custo ligado ao deslocamento físico da mercadoria. Tal custo aumenta em função da distância e frequentemente torna proibitivo o intercâmbio entre dois sistemas, embora segundo o esquema de Ohlin-Heckscher a troca mútua deva beneficiar a ambos.

Analisando a distribuição geográfica das exportações interregionais da Bahia revela-se que seus mercados são essencialmente concentrados em 5 Estados: Guanabara, São Paulo, Sergipe, Pernambuco e Ceará que absorvem em média 2/3 das vendas interregionais da Bahia. Em anos recentes essa concentração mostrou uma ligeira tendência a diminuir, ao mesmo tempo em que as exportações para os dois maiores Estados do Nordeste, Pernambuco e Ceará, aumentaram rapidamente, principalmente em direção ao último (cf. tab. 5.E.).

É claro que a percentagem que dá a participação de cada Estado nas exportações baianas não reflete corretamente a influência da distância sobre a determinação dos mercados. Em termos absolutos, Alagoas importa naturalmente muito menos da Bahia do que São Paulo pelo simples motivo de ter uma dimensão econômica bem menor. Para estudar os efeitos da distância sobre o volume do comércio é preciso antes de tudo isolar o fator da di-

mensão. Isto se faz reduzindo cada Estado a uma base comum de importações (100%). Calcula-se portanto a participação das exportações baianas no total das importações do respectivo Estado:

$$c_r = \frac{E_{Ba,j}}{M_j}$$

c_r = coeficiente de concentração relativa

$X_{Ba,j}$ = exportações da Bahia para o estado j

M_j = total das importações interregionais do Estado j .

Se o comércio fosse indiferente à localização geográfica dos mercados, as exportações baianas deveriam, ceteris paribus, representar cerca de 4,16% das importações de cada Estado (100 dividido por 24 Estados). Ora, nota-se que são para os dois Estados mais vizinhos, Sergipe e Alagoas elas representam mais de 28,5% (cf. tab. 5.E). É uma percentagem bastante alta. De fato, analisando o mesmo assunto no comércio exterior da Europa Ocidental, Beckerman ((4)) constatou que em 1953 26,2% em média das importações de cada país da Europa Ocidental provieram dos dois Estados mais vizinhos. Sugere-se portanto, que o fator da distância tem repercussões importantes sobre o padrão do comércio, mesmo a nível interregional, essencialmente quando se trata de uma economia de dimensão continental como a brasileira.

5.3.2. Relacionando distância e volume de mercado

Explicar a alocação dos recursos no espaço é a tarefa comum quer da teoria do comércio internacional quer da teoria da localização. É interessante observar a esse respeito que na teoria tradicional do comércio internacional o fator distância é sistematicamente ignorado, enquanto constitui a preocupação quase exclusiva da teoria de localização.



Tab. 5.E. Mercados Interregionais da Bahia

	Distribuição percentual das exportações baianas por Estados			Exportações baianas no total das importações de cada Estado.
	1953-55	1959-61	1967-69	
Rondônia	-	0,2	0,03	0,04
Acre	0,01	0,03	0,02	0,05
Amazonas	0,9	0,7	0,2	0,4
Pará	1,7	3,3	2,3	2,2
Amapá	0,02	0,2	0,3	4,0
Maranhão	1,1	1,2	4,2	8,3
Piauí	0,9	1,2	0,4	1,7
Ceará	2,3	4,3	11,2	8,4
R.Grande do Norte	1,7	1,7	3,0	5,6
Paraíba	1,5	2,2	2,7	3,9
Pernambuco	6,3	9,0	20,6	8,5
Alagoas	1,1	3,3	4,6	9,0
Sergipe	13,1	8,1	9,0	19,5
Minas Gerais	7,2	1,9	2,9	0,8
Espírito Santo	1,6	3,0	3,4	6,1
Rio de Janeiro	1,3	2,0	0,7	0,2
Guanabara	36,9	25,5	8,5	1,1
São Paulo	20,0	24,3	18,9	2,4
Paraná	1,0	0,6	1,2	0,4
Sta. Catarina	0,4	0,4	1,0	0,7
Rio Gde. do Sul	4,8	3,7	3,9	1,1
Goiás	0,2	0,1	0,1	0,2
Distrito Federal	-	0,00	0,04	0,2

Fonte: D.E.E. + Anuário Estatístico do Brasil.

Num estudo empírico o conceito da distância apresenta várias dificuldades de mensuração. Como nota Beckerman ((4)), as regiões ocupam áreas de dimensão e configuração variável e a distância entre elas depende do ponto de referência escolhido (por exemplo centro geométrico, centro gravitacional ou os dois pontos mais próximos, etc.). Além disso, muito mais do que uma distância física qualquer interessa a distância econômica, expressa em termos de custos de transporte e embarque. Ora, existem vários meios de transporte, cujas taxas de frete são geralmente diferentes. Dentro da mesma categoria de transporte ocorrem também discriminações contra certos produtos (produtos frágeis, p.ex.) de maneira que cada produto tem praticamente sua própria distância. Mais difícil ainda é quantificar a chamada distância psicológica que leva em conta costumes e hábitos dos comerciantes e homens de negócios.

No caso presente tenta-se aplicar a noção de centro gravitacional num sentido econômico. Calcula-se portanto a distância entre as três maiores cidades de cada Estado, ponderando a distância suplementar entre os dois pontos mais próximos com a população das cidades respectivas. O processo é repetido por dois meios de transporte, o rodoviário e o marítimo que são de longe os mais importantes. No caso das rodovias, a parcela não pavimentada é ainda corrigida por um coeficiente de 1,5 (1 km = 1,5 km)

Tab. 5.F. Esportações interregionais: Vias de transporte

	1950-1952		1969-1961		1967-1969	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Cabotagem 1)	75,6%	59,2%	96,2%	63,4%	95,4%	55,0%
Vias internas 1)	24,4	40,8	3,8	36,6	4,6	45,0

1) Em termos de valor 99% de cabotagem é transporte marítimo e 99% das vias internas é transporte rodoviário.



Dada a limitação dos critérios adotados, prefere-se, em vez de trabalhar com valores absolutos, ordenar apenas os Estados em ordem crescente da sua distância com a Bahia. Os resultados dessa classificação estão na tabela 5.G.

Tab. 5.G. Classificação dos Estados segundo a distância com a Bahia

1. Sergipe	13. Paraná
2. Alagoas	14. Piauí
3. Pernambuco	15. Santa Catarina
4. Paraíba	16. Rio Grande do Sul
5. Espírito Santo	17. Pará
6. Rio Grande do Norte	18. Amapá
7. Ceará	19. Distrito Federal
8. Guanabara	20. Goiânia
9. Rio de Janeiro	21. Amazonas
10. Minas Gerais	22. Mato Grosso
11. São Paulo	23. Rondônia
12. Maranhão	24. Acre

Partindo da hipótese que a distância é um fator importante na determinação dos mercados, espera-se que a maior concentração relativa ocorra nos Estados mais próximos da Bahia. Ordenando também os valores da concentração relativa nesse sentido (tab. 5.E. última coluna) chega-se a um coeficiente de Spearman igual a .83. Seu alto nível de significatividade (99%) leva às seguintes conclusões:

- em termos relativos as exportações baianas concentram-se fortemente nos estados nordestinos, confirmando assim que a Bahia pertence à Região nordestina.

- a dependência acentuada da distância pode ser interpretada como sinal de subdesenvolvimento. As economias subdesenvolvidas costumam de fato exportar matérias primas e produtos semi-acabados de baixo valor por unidade de peso, representando portanto o custo de transporte uma fração importante de preço final. Mais intensivos de valor por unidade de volume os produtos industriais oferecem maior resistência ao obstáculo da distância.
 - a distância é um conceito altamente dinâmico. Na medida em que se admite a divisão social e espacial do trabalho como motor do progresso, os investimentos no sistema de transporte tornam-se dos mais indispensáveis para promover o desenvolvimento econômico.
 - sendo os custos de transporte tão importantes, deve-se finalmente destacar a situação privilegiada da Bahia. No seu estudo ((4)), Beckerman formula a hipótese que o subdesenvolvimento dos países periféricos da Europa Ocidental (Irlanda, Portugal, Espanha, Itália do Sul, Grécia, Turquia) deve ser atribuído, em parte pelo menos, ao fato de que esses países estão longe de todo o mundo, o que dificulta a sua entrada num mercado dinâmico de grande dimensão. De maneira análoga, Beckerman explica o desenvolvimento do Canadá pela sua localização perto do polo dinâmico dos Estados Unidos.
- Ora, no que concerne a Bahia, não só se situa perto do polo dinâmico do Centro-Sul, mas com a abertura das novas fronteiras do Norte e Nordeste, ela se coloca no centro da futura economia brasileira, tendo assim, do ponto de vista dos custos de trans

porte uma situação extremamente vantajosa para abastecer o mercado nacional. É isso sem dúvida um trunfo importante para o desenvolvimento futuro da Bahia.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

6.1. A experiência do passado

Segundo Dagum ((11)), qualquer problema econômico implica em três níveis de análise:

- primeiro, trata-se de quantificar e explicar as forças que operam na realidade empírica. É o estudo da estrutura econômica observada.
- segundo, formulam-se os objetivos a alcançar (estrutura-objetivo) tendo em consideração o potencial dos recursos humanos e naturais e as metas fundamentais da sociedade.
- terceiro, especificam-se as decisões necessárias para passar da estrutura observada à estrutura-objetivo, fazendo um cálculo exato dos custos econômicos inerentes a tal transformação e comparando-os com eventuais alternativas.

Reconhece-se que o presente trabalho limita-se quase exclusivamente ao primeiro nível. Procurou-se analisar o papel das exportações no desenvolvimento econômico do Estado da Bahia durante as duas últimas décadas.

No início do período em estudo a economia baiana era ainda largamente subdesenvolvida. Caracterizava-se por um baixo nível de renda per capita, alta participação do setor primário na formação interna da renda, um setor terciário "diabético" e reduzida produtividade em todos os setores, mesmo no pequeno setor industrial, essencialmente composto de antiquadas indústrias no ramo alimentício e têxtil. Era a herança de um passado histórico marcado pela presença da empresa agro-mercantil, exclusivamente especializada na exportação de produtos primários para os

mercados internacionais, de maneira que a Bahia formava uma espécie de enclave mais integrada na economia mundial do que no próprio contexto nacional. Desde a primeira Guerra Mundial o sistema encontrava-se em estagnação por causa da inércia da sua estrutura produtiva, da polarização pela economia cafeeira e da instabilidade dos mercados internacionais decorrente da grande crise e dos conflitos mundiais. Com a nascente industrialização do Centro-Sul, o declínio andava intensificando-se, ampliando cada vez mais o desnível com as regiões avançadas do país.

Na segunda metade dos anos 50 ocorreu, porém, uma certa inversão das tendências, enquanto a partir de então a economia baiana começou a crescer mais rapidamente do que a do resto do país. Quais eram os fatores que determinaram tal modificação? Tecnicamente três causas apresentam-se: a) a introdução de novas tecnologias mais produtivas; b) a expansão dos mercados externos na base de vantagens comparativas; c) transferências autônomas de renda. Na ausência das duas últimas, a primeira alternativa acompanha-se necessariamente de um aumento desproporcional do setor secundário, em razão da alta elasticidade-renda dos produtos industriais. Ora, no caso da Bahia a produção industrial seguia durante o período em estudo apenas o ritmo da renda interna. Também as exportações internacionais contribuíram pouco à reorientação para o crescimento. Continuaram declinando, mesmo em termos absolutos. As exportações interregionais, contudo, marcaram um crescimento elevado com uma taxa sensivelmente superior à dada renda. Por outro lado, nota-se que o surto das exportações interregionais resultaram quase exclusivamente do aumento das exportações de petróleo e derivados. Ora, sendo o petróleo monopólio federal sua influência direta sobre a renda baiana limita-se aos salários, compras e royalties que a Petrobrás paga na Bahia. Poder-se-ia muito bem considerar tal contribuição como transferência autônoma de renda, uma vez que a Petrobrás representa pelas suas peculiaridades institucio-

nais praticamente uma empresa extra-territorial. Levando-se em conta também os importantes investimentos realizados no quadro da SUDENE, não há a menor dúvida que as transferências autônomas de renda constituíram a maior fonte de crescimento da renda baiana durante os últimos anos.

No que concerne as exportações propriamente ditas, uma avaliação global dos seus resultados não permite confirmar as premissas otimistas da teoria tradicional do comércio internacional ou da teoria da base econômica. Nota-se aliás que as referidas transferências de renda eram em boa parte uma resposta planejada ao empobrecimento sistemático que o Estado da Bahia e toda a região nordestina incorreu precisamente em virtude do seu setor externo. Neste sentido as teorias da polarização e dos efeitos retardatários explicam sem dúvida melhor a evolução real ao nível da "estrutura observada". Com efeito através do comércio exterior e do confisco cambial os exportadores da Bahia contribuíram fortemente para o financiamento da industrialização do Centro-Sul. Até hoje seus consumidores continuam a pagar os custos do protecionismo industrial ao mesmo tempo que a persistente instabilidade dos mercados internacionais dificulta as transformações autônomas nas atividades tradicionais de exportação. De maneira análoga, os fluxos interregionais mostraram, pelo menos até recentemente, claros efeitos de polarização. A crescente concorrência do Centro-Sul eliminava as manufaturas tradicionais da Bahia não só do mercado nacional mas também do mercado local. A intensificação dos transportes interregionais levou inicialmente apenas novos padrões de consumo, sem modificar a estrutura produtiva. O crescimento industrial do Sul também não estimulava de maneira significativa a exportação de produtos alimentícios. No que concerne as matérias-primas, o petróleo da Bahia deu uma outra contribuição importante da qual o Estado tirou menos benefícios do que se fosse um país independente.

Todos esses pontos são hoje pacíficos. O que mais interessa é saber qual deveria ser a posição do setor externo, quando uma ação planejada como a da SUDENE procura inverter tais tendências de marginalização.

6.2. Um modelo para o futuro?

Admitir o conceito da dependência como manifestação natural das forças econômicas não significa relegar ao segundo plano o comércio exterior. É evidente que os laços da dependência não se quebram, retirando-se simplesmente no isolamento e na autarquia. O fato é aliás comprovado pela experiência daqueles países que depois da Segunda Guerra Mundial preconizaram uma industrialização introvertida na base da substituição das importações. Neste sentido não há dúvidas que a integração no centro dinâmico é ainda o caminho mais seguro para realizar um rápido progresso econômico. O problema é que o jogo do mercado livre permitirá dificilmente tal integração numa base igualitária para todos. É isto o significado das exigências que vários países em desenvolvimento formulam atualmente, chamando para uma nova organização do comércio mundial.

A nível regional, o raciocínio é tanto mais válido quanto essas economias são geralmente muito mais abertas. Nelas o setor externo ocupa sempre, de uma forma ou de outra, posição de grande importância. É por essa razão que a teoria da base econômica poderia revelar-se como útil quando não é concebida como um mecanismo autônomo mas como norma de ação ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento ("estrutura-objetivo"). De tal ponto de vista é evidente que as exportações baianas deverão cumprir um papel fundamental no desenvolvimento futuro do Estado.

É claro que a Bahia deve industrializar-se, mesmo se não tiver aos custos atuais dos fatores vantagens comparativas nesse

campo. A industrialização é uma condição necessária, embora não suficiente para o desenvolvimento econômico. É o veículo do progresso tecnológico, cuja introdução é indispensável, até para economias altamente especializadas em atividades agrícolas. Contudo, a industrialização baiana nunca poderia fazer-se na base da substituição das importações. Uma tentativa semelhante seria inevitavelmente destinada ao fracasso. A esse respeito é necessário lembrar que a exiguidade do mercado baiano não se explica tanto pelo tamanho demográfico do Estado que na verdade é bastante considerável, superior por exemplo ao de um país como a Suíça. Mais importante é o perfil da sua demanda interna que resulta de uma forte concentração da renda. Segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 1970 71% da população ativa da Bahia ganha menos de Cr\$150,00 por mês (54% menos de 100) enquanto apenas 1% tem uma renda mensal superior a Cr\$2.000,00 ((19)). É inútil repetir que em tais condições o mercado baiano será apenas suficiente para algumas poucas indústrias de bens de consumo não duráveis, como alimentação básica, vestuário, calçados, etc. Por outro lado o consumo diversificado da pequena minoria de renda alta exigiria uma estrutura industrial tão ampla que em termos econômicos seria absolutamente injustificável porque na produção de bens de consumo duráveis as economias de escala são de grande importância. No que concerne a substituição das importações a nível nordestino, Pernambuco é geograficamente melhor situado para atender esse mercado.

Existe, porém, na Bahia uma série de elementos favoráveis que permite desenvolver uma industrialização baseada largamente na demanda externa. Em primeiro lugar, a Bahia tem no que concerne a custos de transporte uma localização excelente para servir ao mercado nacional. Tal vocação nacional, e quem sabe internacional, da nascente indústria baiana é ainda reforçada pela natureza dos seus recursos naturais que são essencialmente

minérios e petróleo, insumos portanto para indústrias cujo tamanho mínimo exige grandes mercados. Tendo em vista a alta elasticidade-renda desse produtos, não há dúvidas que as indústrias básicas que estão projetando-se e instalando-se na Bahia, vão assegurar ao Estado altas taxas de crescimento, aliviando assim pelo menos um pouco as grandes diferenças interregionais de renda. Por outro lado tais indústrias não resolverão o segundo grande problema da economia baiana que é a criação de empregos. Já foi observado que as indústrias no ramo da mineração, metalurgia e petroquímica encontram-se entre as mais intensivas de capital. Ora a criação de um forte mercado interno, além de ser meta fundamental é também um meio indispensável para assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento em etapas mais adiantadas.

É convicção de quem escreve que a curto e médio prazo um planejamento inteligente de dois outros setores de exportação dá pelo menos algumas soluções parciais a esse problema. Pensa-se na reanimação das atividades tradicionais de exportação primária e na instalação de um novo setor de exportação que é o turismo. O turismo representa de fato exportação de serviços e suas perspectivas na Bahia são excelentes. A "Boa Terra" possui recursos naturais em abundância para atrair um grande volume de turismo nacional e internacional. Tudo indica que armado de divisas, o crescente exército do turismo internacional prepara-se atualmente para a conquista do exotismo tropical. Por outro lado, sendo o turismo um bem de alta elasticidade-renda, com a atual expansão da renda na classe média alta, o turismo será também no Brasil sempre mais procurado. Além disso, não só do lado da demanda mas também do lado da oferta oferecem-se nesse campo possibilidades interessantes. É sabido que o turismo é uma das atividades mais intensivas de trabalho onde seria até perigoso se imitar demasiadamente a tecnologia dos países de turismo tradicional. Como as economias de escala são

menos importantes nesse ramo, ele oferece também boas oportunidades ao pequeno e médio empresariado local. Finalmente é conhecido que o turismo mantém muitas interrelações com outras atividades econômicas. Em determinadas regiões da Suíça e França seu multiplicador foi estimado a 3,5 e 4. Nesse sentido é uma indústria germinativa que favorece principalmente serviços e atividades artesanais.

Se o turismo leva a criação de novas oportunidades de emprego nas áreas urbanas, uma inteligente política de fomento às exportações primárias poderá aumentar sensivelmente o mercado monetário no campo. Para tal fim precisa em primeiro lugar transferir gradualmente a pauta baiana para faixas mais dinâmicas com o lançamento de novos produtos como carne, frutas tropicais, borracha, minérios, etc. Assegurando maior participação aos produtores, uma política agressiva de comercialização deve procurar para os produtos tradicionais novos mercados ainda inexplorados, como Europa Ocidental, China, Japão, Israel e outros países rapidamente crescentes do chamado Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo é preciso manter os esforços para chegar à conclusão de acordos internacionais no sentido de estabilizar os ingressos para os produtos mais importantes. Mas como a instabilidade dos preços internacionais é em parte também causada pela própria instabilidade da oferta, é necessário desenvolver mais a assistência técnica visando um melhor controle dos fatores naturais (combate as pragas, plantas mais resistentes a variações climáticas, etc.). Na introdução de nova tecnologia cabe dar a prioridade a medidas que, sem destruir o emprego, aumentam o produto físico por trabalhador (fertilizantes, seleção de sementes, etc.). Além disso não há dúvidas que uma reforma institucional do regime proprietário conduziria não só a uma melhor distribuição da renda, mas também ao aumento do produto global, embora tais medidas tenham que ser estudadas e preparadas com grande cuidado. Deve-se finalmente insistir numa sempre maior elaboração

dos produtos primários antes da sua exportação. É verdade que a industrialização interna é frequentemente dificultada por barreiras tarifárias nos países importadores. Porém, muitos fracassos resultam também do fato que nesse ramo o elemento empresarial forma-se largamente na própria classe produtora que possui mais tradicionalismo do que experiência empresarial, enquanto os jovens empresários locais dirigem-se de preferência para atividades mais prestigiadas. O Ministério da Fazenda baixou recentemente um decreto facilitando grandemente a importação de indústrias completamente montadas que pretendem dedicar-se exclusivamente a atividades de exportação. É de se esperar que na aplicação do decreto se dará prioridade às indústrias de beneficiamento porque é nesse ramo que o país poderá tirar o máximo de benefícios, enquanto nesse tipo de indústria a intensidade dos fatores locais é provavelmente a mais alta.

6.3. Uma interrogação final

É claro que frisando pontos tão diversos como aqueles acima referidos não se pretendia formular um plano de ação integrado. Tratava-se apenas de indicar algumas linhas diretrizes e enumerar alguns problemas que mais tarde ou mais cedo chamarão para uma solução. Há, porém, ainda outro problema que toma sempre maiores proporções. Já foi observado várias vezes que a industrialização que se está realizando na Bahia apresenta características de alta intensidade de capital. É verdade que no fundo o capital é um fator produtivo como qualquer outro e quando este se revela mais produtivo, não há razão de deixar trabalhar o homem em seu lugar. Neste sentido admitindo também que, tendo em vista a alta propensão marginal para o consumo nas classes de renda baixa, uma certa concentração em favor do capital produzirá efeitos positivos sobre o processo de acumulação futura. Qualquer modelo de desenvolvimento até agora

experimentado com êxito comprovou de fato que crescer é antes de tudo concentrar. Contudo é necessário saber em favor de quem se concentra. Quando a acumulação está quase exclusivamente a cargo de uma pequena minoria, tal minoria tenderá naturalmente a transformar seus benefícios econômicos em privilégios políticos, de tal maneira a resistir a transformações que mesmo do ponto de vista econômico tornam-se indispensáveis.

No caso da Bahia o problema é ainda mais específico na medida em que grande parte do processo de acumulação não se faz em favor de elementos do próprio sistema, sendo a maioria do capital de proveniência externa. Dos investimentos industriais aprovados pela SUDENE cerca de 70% foram feitos por estabelecimentos que são casas filiais de grandes empresas localizadas no Sul e no exterior. É o famoso fenômeno das empresas multinacionais ((42)) que no âmbito de uma economia regional chama-se melhor de empresas multiterritoriais. Tal tipo de empresa está implantando-se na Bahia não só nas atividades industriais, mas também no turismo e mesmo na agricultura sob a forma de grandes projetos agro-pecuários.

Não se contestam os benefícios que tais empresas levam para economias subdesenvolvidas, trazendo fatores tão escassos e necessários como capital, tecnologia, capacidade empresarial e oportunidades de emprego. Esses efeitos positivos são, porém, frequentemente supervalorizados por falta de informação adequada. Transpondo barreiras tarifárias e explorando outras facilidades (como os artigos 34/18 no caso do Nordeste) essas empresas realizam, geralmente a custo de outrem, lucros excepcionalmente altos, eliminando ao mesmo tempo empresas locais mais fracas. Para avaliar a importância real desses lucros, geralmente não se pode confiar nos balanços nominais publicados pelas empresas, porque o superfaturamento oferece várias possibilidades de disfarce, enquanto as filiais costumam depender

largamente de equipamentos, assistência técnica e insumos físicos fornecidos pela matriz. Também não é raro o caso onde a matriz 'usa' suas filiais para vender tecnologia antiquada que deixou de ser competitiva no próprio mercado. No que concerne a aporte em divisas, trata-se essencialmente de um fenômeno de curto prazo. Além disso mostra-se que as empresas multiterritoriais recorrem de preferência a fontes locais para financiar seu capital de trabalho ((47)), o que em condições de inflação é naturalmente mais vantajoso. Há também acordos pre-estabelecidos de mercado, que proibem as filiais de entrar no mercado externo. No que concerne a criação de emprego, lembra-se ainda uma vez que o processo produtivo dessas empresas geralmente não se adapta as proporções locais dos fatores. Então se pergunta quais são os benefícios de uma empresa multiterritorial em cujo valor adicionado a remuneração dos fatores locais não passa de 25%?

O problema nem sempre é discutido de maneira objetiva. A razão principal é que o fenômeno é ainda mal conhecido. É provável que até um certo ponto sua rápida difusão nos últimos anos foi condicionada por fatores conjunturais, como o restabelecimento do protecionismo, a criação de incentivos fiscais no âmbito de políticas regionais, etc. Por outro lado não há dúvidas que o fenômeno responde também a profundas necessidades estruturais do sistema produtivo. O progresso tecnológico é hoje tão rápido e tão custoso que grandes unidades transnacionais tornam-se sempre mais inevitáveis. Neste sentido uma atitude de hostilidade absoluta seria pouco razoável. Trata-se muito mais de corrigir certos abusos, procurando harmonizar os interesses em conflito. As lutas do século passado levaram a uma legislação social. Espera-se que das dificuldades atuais resulte um melhor regulamento das atividades econômicas em termos espaciais.

APÊNDICE

Tab. I Bahia : Renda Interna

	Pregos correntes 1000 Cr\$	Pregos de 1965-67 1000 Cr\$	População 1000 hab	Valor per capita Pregos corr. 1965-67
1950	8 920	814 566	4 835	1,84
1951	9 897	706 200	4 939	2,00
1952	11 790	776 532	5 046	2,33
1953	14 667	835 830	5 155	2,84
1954	21 309	927 612	5 266	4,04
1955	25 717	000 807	5 380	4,78
1956	32 191	061 204	5 496	5,85
1957	40 386	195 769	5 615	7,19
1958	49 053	300 636	5 736	8,55
1959	68 324	334 781	5 860	11,67
1960	96 850	419 664	5 987	16,17
1961	127 716	372 778	6 016	21,22
1962	208 171	451 745	6 137	33,59
1963	349 834	416 624	6 261	55,87
1964	759 238	587 867	6 386	118,80
1965	265 523	748 271	6 514	194,20
1966	1 767 394	757 867	6 645	265,90
1967	2 461 372	932 296	6 778	363,10
1968	3 312 019	129 569	6 915	478,90
1969	-	187 787	7 054	-

FONTE: F.G.V. & I.B.G.E

- 1) Deflacionada setorialmente com os correspondentes índices nacionais
- 2) Estimativa baseada no valor da produção agrícola de 1969

Tab. II Bahia: Exportações internacionais, Total

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Prego (US\$)	Elementares Valor (US\$)
1950	227	754	112	512	820	494	55
1951	174	655	102	191	185	585	42
1952	145	609	94	131	089	646	35
1953	205	126	117	576	000	573	49
1954	226	325	174	715	953	771	54
1955	239	674	132	559	357	553	58
1956	241	867	109	830	487	454	57
1957	238	677	119	166	339	499	57
1958	451	667	164	632	191	113	350
1959	781	461	138	350	160	78	424
1960	981	514	146	137	746	86	236
1961	444	080	131	763	279	91	348
1962	634	893	85	191	004	135	152
1963	617	563	98	732	865	158	50
1964	332	679	91	978	747	276	80
1965	415	952	88	637	738	213	100
1966	443	397	122	215	385	275	106
1967	891	386	128	406	605	328	94
1968	358	747	113	099	348	315	86
1969	543	157	196	247	180	361	130

FONTE: D.E.F.

1) Base: 1965-1967

Tab. III Bahia: Exportações internacionais, Cacaú e Derivados

	Volume (tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Prego (US\$)	Elementares Valor (US\$)
1950	143	294	85	595	136	89	134
1951	126	852	75	599	120	90	119
1952	63	304	67	064	60	159	105
1953	126	835	90	716	120	107	142
1954	128	087	141	108	121	164	223
1955	133	768	102	769	127	114	162
1956	141	700	78	554	134	82	123
1957	128	637	89	693	121	103	140
1958	128	041	111	867	122	129	175
1959	120	459	84	703	115	104	133
1960	167	798	97	581	159	89	153
1961	124	764	58	472	119	70	92
1962	74	806	40	536	71	80	63
1963	85	590	49	582	80	86	78
1964	87	869	44	510	76	75	70
1965	43	940	38	883	42	131	61
1966	134	041	69	519	127	77	109
1967	137	988	82	596	131	92	129
1968	93	364	62	730	89	109	107
1969	127	129	123	962	121	143	193

FONTE: D.E.E.

Tab. IV Bahia: Exportações internacionais, Cacau em Amêndoas

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	124	798	73	587	158	88	169
1951	90	043	64	719	114	107	150
1952	54	283	61	138	68	170	143
1953	100	870	68	675	126	101	155
1954	113	615	128	130	144	111	297
1955	116	051	86	746	146	111	200
1956	119	607	64	536	150	80	148
1957	104	033	66	635	131	95	153
1958	95	583	82	866	120	129	191
1959	74	288	54	728	93	108	125
1960	123	564	68	551	157	82	157
1961	95	378	42	445	120	66	98
1962	51	768	22	439	65	65	52
1963	65	460	33	512	83	76	77
1964	71	027	33	467	88	70	77
1965	23	096	25	089	28	163	58
1966	106	604	48	453	134	67	111
1967	108	257	56	462	136	69	129
1968	67	118	41	613	84	91	95
1969	101	537	89	885	128	132	208

FONTE: D.E.E.

Tab. V Bahia : Exportações internacionais , Manteiga de Cacau

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel (US\$)	Indices Volume	elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	10 643	177 830	9 499	907	54	91	48
1951	6 817	152 539	8 148	195	35	120	41
1952	3 752	75 828	4 050	079	19	108	20
1953	9 168	320 848	15 293	668	47	167	77
1954	3 842	217 461	7 109	850	20	185	36
1955	5 988	400 592	8 577	432	27	143	43
1956	11 891	566 277	10 593	890	60	89	54
1957	14 897	083 748	19 749	325	76	133	100
1958	14 791	231 931	25 498	723	75	173	129
1959	17 603	231 400	24 223	376	90	138	123
1960	22 606	458 461	24 640	183	86	118	124
1961	14 900	888 344	14 760	990	76	99	75
1962	16 774	770 419	16 767	999	85	101	85
1963	14 021	690 167	15 699	119	71	112	79
1964	10 323	842 416	10 839	050	52	105	55
1965	17 186	24 451	13 335	775	88	78	67
1966	21 016	44 981	20 779	988	107	99	105
1967	20 952	64 011	25 049	223	107	123	127
1968	18 432	81 642	25 883	404	94	141	131
1969	16 000	741 780	30 540	908	82	191	155

FONTE: D.E.E.

Tab. VI Bahia: Exportações internacionais, Torta de Cacau

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Prego elementares (US\$)	Valor elementares (US\$)
1950	6	21	168	191	116	187	205
1951	5	34	847	358	98	350	324
1952	4	18	967	223	82	218	170
1953	11	43	066	181	218	177	363
1954	6	53	755	269	124	264	308
1955	8	198	337	501	165	491	761
1956	8	143	110	347	171	340	546
1957	7	57	346	188	136	184	236
1958	17	115	693	153	334	150	472
1959	27	461	220	225	526	220	1092
1960	20	433	343	213	388	208	763
1961	13	321	452	104	264	102	255
1962	5	175	535	92	110	90	94
1963	5	314	546	98	105	96	95
1964	5	644	641	112	108	109	112
1965	3	509	277	88	59	86	48
1966	4	958	434	91	90	89	76
1967	7	635	996	126	150	123	175
1968	6	005	943	144	124	141	165
1969	9	692	416	259	177	253	424

FONTE: D.E.F.

Tab. VII Bahia: Exportações internacionais, Fumo

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	26	460	16	613	81	123	100
1951	15	325	11	738	47	149	70
1952	24	561	15	617	75	124	94
1953	14	884	12	871	46	175	31
1954	21	979	14	657	67	132	89
1955	20	436	14	688	63	138	87
1956	22	610	15	690	69	139	97
1957	20	268	12	641	62	128	80
1958	21	932	11	544	67	109	74
1959	20	227	10	527	62	106	66
1960	25	336	15	621	78	124	97
1961	35	635	21	596	109	119	131
1962	30	126	18	626	92	126	117
1963	27	167	18	625	83	125	105
1964	37	506	16	493	115	99	114
1965	36	585	18	508	113	102	115
1966	30	505	15	515	94	103	97
1967	30	233	14	470	93	95	88
1968	23	514	12	513	72	103	75
1969	29	385	17	605	90	121	110

FONTE: D.E.E.

Tab. VIII Bahia: Exportações internacionais, Fumo em Fôlhas

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel.	Índices Volume	Elementares Prego	Índices Valor
1950	26	314	15	613	81	123	100
1951	14	559	10	741	45	149	67
1952	24	518	15	617	76	124	94
1953	14	733	12	873	45	176	80
1954	21	778	14	657	67	132	89
1955	20	050	13	692	62	139	86
1956	22	161	15	694	68	140	95
1957	19	820	12	644	61	129	79
1958	21	870	11	544	67	109	74
1959	20	157	10	528	62	106	66
1960	25	242	15	621	77	124	97
1961	35	499	21	596	110	120	131
1962	30	094	18	626	93	126	117
1963	27	147	18	625	83	125	105
1964	37	336	16	493	115	99	114
1965	36	517	18	507	113	102	115
1966	30	477	15	515	94	104	97
1967	30	233	14	470	93	95	88
1968	23	496	12	513	72	103	75
1969	29	373	17	605	81	121	110

FONTE: D.E.E.

Tab. IX Bahia: Exportações internacionais, Fumo em Corda

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valor (US\$)
1950	146	1	88	608	309	100	309
1951	766	9	526	687	1662	113	1836
1952	43	551	29	684	89	112	102
1953	151	2	433	671	318	110	353
1954	201	3	334	571	413	94	400
1955	386	9	848	485	817	80	652
1956	449	11	307	505	950	83	825
1957	448	11	898	466	947	76	728
1958	62	3	906	563	130	92	121
1959	70	3	921	422	145	69	103
1960	94	9	587	561	198	92	183
1961	126	16	775	477	287	78	226
1962	32	9	959	703	65	116	78
1963	20	5	860	493	40	81	34
1964	120	102	209	489	253	80	289
1965	68	68	774	584	142	96	138
1966	28	38	613	629	58	103	61
1967	0	34	0	0	0	0	0
1968	18	31	601	601	37	99	37
1969	12	380	573	631	25	104	26

FONTE: D.E.E.

Tab. X Bahia: Exportações internacionais, Mamona

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Preço/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Preço (US\$)	Valores (US\$)
1950	29	297	3	694	126	53	31
1951	27	520	5	597	203	86	47
1952	23	296	4	589	196	83	38
1953	21	602	4	053	187	79	34
1954	48	075	4	895	91	42	41
1955	54	920	5	471	104	41	46
1956	26	942	3	592	99	56	30
1957	40	317	8	165	133	86	68
1958	44	256	7	685	173	73	64
1959	26	224	4	162	158	66	35
1960	17	301	3	810	220	93	32
1961	36	610	9	685	269	114	81
1962	14	448	3	486	241	102	29
1963	27	007	6	169	228	96	51
1964	39	065	8	343	213	90	70
1965	63	597	11	743	184	78	98
1966	56	884	11	271	233	98	111
1967	36	536	10	732	293	124	90
1968	45	619	13	884	304	128	116
1969	71	430	17	580	246	104	147

FONTE: D.E.E.

Tab. XI Bahia : Exportações internacionais , Oleo de Mamona

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Indices Volume	Prego elementares (US\$)	Valores (US\$)
1950	2	331	545	234	4	99	5
1951	2	363	744	315	4	133	6
1952	1	876	766	408	3	1173	6
1953	3	967	788	450	7	189	15
1954	2	759	643	233	5	98	5
1955	4	042	818	202	7	85	7
1956	3	155	831	263	6	111	7
1957	9	473	455	364	18	154	29
1958	1	310	422	266	36	112	43
1959	1	515	344	194	33	82	28
1960	1	301	700	220	33	93	32
1961	3	610	332	269	70	114	81
1962	1	448	338	241	27	102	29
1963	2	007	406	228	51	96	51
1964	3	065	602	213	74	90	70
1965	3	597	421	184	122	78	98
1966	5	883	28	233	108	98	111
1967	3	536	820	293	70	124	90
1968	4	619	939	304	87	128	116
1969	7	430	44	246	136	104	147
		571	580				
		209	412				

FONTE: D.E.E.

Tab. XII Bahia: Exportações internacionais, Sisal

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Indices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	2 864	15 218	812 927	302	4	200	8
1951	6 086	41 370	209 935	363	9	242	23
1952	2 955	21 706	159 508	392	4	261	12
1953	1 065	4 004	190 848	179	1	119	2
1954	4 763	22 333	711 392	149	7	100	7
1955	7 742	50 301	053 053	136	12	90	11
1956	19 480	164 339	053 494	143	30	95	29
1957	112 775	114 843	790 648	135	30	90	29
1958	119 454	225 839	732 648	133	19	90	18
1959	34 138	568 999	606 013	148	30	88	27
1960	35 072	349 684	076 904	148	53	98	53
1961	52 370	1 560 305	509 707	214	55	143	78
1962	46 980	118 922	599 299	202	81	135	111
1963	37 450	878 622	898 358	189	73	125	93
1964	43 533	12 888 264	879 201	290	58	194	113
1965	57 445	16 789 463	613 081	289	68	194	132
1966	64 047	21 777 444	611 118	167	90	111	100
1967	70 187	23 308 403	053 781	156	101	104	105
1968	69 794	26 846 403	967 728	127	109	84	94
1969	72 486	33 507 278	238 712	118	109	78	86
			572 161	118	113	78	90

FONTE: D.E.E.

Tab. XIII Bahia: Exportações internacionais, Couros e Peles

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	3	112	1	428	55	50	27
1951	3	978	2	685	70	80	57
1952	1	104		506	19	59	11
1953	1	430		638	24	74	19
1954		903		393	15	46	19
1955		553		669	9	78	7
1956		166		765	2	207	8
1957		371		820	6	96	6
1958		659		541	11	63	7
1959	3	728	1	391	65	46	30
1960	3	007	1	615	53	72	38
1961	1	548	2	412	27	165	45
1962	1	441	1	235	25	144	37
1963	1	271	1	057	22	123	28
1964	1	738	1	996	30	116	36
1965	5	284	3	677	93	79	75
1966	5	130	5	162	90	136	125
1967	6	599	4	721	116	84	99
1968	7	713	4	617	136	72	99
1969	15	185	7	515	269	60	163

FONTE: D.E.E.

Tab. XIV Bahia: Exportações internacionais, Minerios

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel.	Indices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	13	839	236	271	17,0	12	85
1951	24	983	952	403	+	+	10
1952	30	437	029	200	38,0	22	42
1953	11	233	392	890	33,8	27	45
1954	15	947	251	046	35,0	9	17
1955	21	191	349	852	15,7	14	11
1956	28	652	478	574	16,5	18	15
1957	66	903	838	905	16,7	25	21
1958	53	865	626	470	12,5	59	37
1959	62	265	836	268	11,6	48	28
1960	51	439	706	541	13,4	55	37
1961	84	402	365	298	13,7	68	31
1962	35	825	413	416	16,1	69	31
1963	108	249	637	082	11,5	75	60
1964	118	396	793	502	15,1	31	23
1965	125	840	70	490	23,5	95	72
1966	95	437	248	048	19,6	104	123
1967	102	036	162	790	16,2	111	109
1968	115	671	953	380	11,3	85	68
1969	+	423	+	271	16,8	102	51
							86

+ não há dados

FONTE: D.E.E.

Tab. XV Bahia: Exportações internacionais, Madeiras

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/Tonel. (US\$)	Índices Volume	Índices Prego (US\$)	Índices Valor (US\$)
1950	251	439	23	93	6	43	3
1951	559	741	39	70	14	32	5
1952	119	437	23	196	3	92	3
1953	203	781	37	183	5	85	3
1954	116	748	24	211	2	98	5
1955	338	437	29	88	8	41	3
1956	149	850	36	243	3	113	8
1957	216	709	67	312	5	146	5
1958	252	368	73	292	6	137	9
1959	337	204	176	40	5	18	10
1960	400	055	276	51	112	23	23
1961	091	743	192	92	139	43	37
1962	060	732	224	138	54	64	26
1963	750	447	319	116	53	54	38
1964	327	201	329	141	71	65	43
1965	377	411	723	134	60	63	44
1966	300	466	943	219	138	103	97
1967	938	919	554	286	111	134	127
1968	945	240	442	467	51	219	74
1969	115	596	740	823	24	326	59
	2	924	291		54		235

FONTE: D.E.E.

Tab. XVI Bahia: Exportações Internacionais, Piaçava

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Elementares Prego (US\$)	Valores (US\$)
1950	3	162	906	286	152	62	97
1951	2	670	068	248	129	54	114
1952	2	229	918	412	108	89	98
1953	3	159	215	384	153	83	130
1954	2	379	837	351	115	76	90
1955	2	811	238	440	136	95	132
1956	2	551	301	510	124	110	139
1957	2	190	001	457	106	99	107
1958	2	521	875	347	122	75	93
1959	3	060	762	249	148	54	81
1960	2	822	774	274	136	59	83
1961	2	258	685	303	109	65	73
1962	2	109	623	295	102	63	67
1963	2	141	985	460	103	100	105
1964	2	442	083	443	118	96	116
1965	2	236	906	405	108	88	97
1966	2	447	059	433	118	94	113
1967	1	522	830	545	73	118	89
1968	1	837	872	474	89	102	93
1969	2	048	712	347	99	75	76

FONTE: D.E.E.

Tab. XVII Bahia: Exportações internacionais, Cêras Vegetais

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$)	Valor (US\$)	Prego/ Tonel. (US\$)	Índices Volume	Prego elementares (US\$)	Índices Valor (US\$)
1950	1 544	39 889	2 130	1 817	325	179	581
1951	1 532	36 390	1 943	1 910	322	165	531
1952	1 778	39 162	2 091	1 987	374	152	571
1953	3 363	79 500	3 800	1 191	708	146	1038
1954	1 721	78 180	2 661	1 326	361	201	727
1955	1 032	59 443	1 397	1 371	217	176	381
1956	1 973	67 153	1 249	1 523	204	167	341
1957	1 818	62 688	1 220	1 145	172	194	333
1958	1 088	110 438	1 715	1 513	229	205	468
1959	1 955	138 436	1 290	1 098	201	175	352
1960	1 536	362 472	1 980	1 593	323	167	540
1961	1 446	378 899	1 618	1 785	304	145	442
1962	1 551	418 141	1 208	1 109	326	101	330
1963	1 906	321 749	1 604	1 323	190	87	165
1964	1 571	454 190	1 419	1 567	120	95	114
1965	1 498	734 475	1 412	1 714	104	107	112
1966	1 437	719 396	1 328	1 198	93	98	89
1967	1 492	938 822	1 357	1 695	103	95	97
1968	1 343	797 774	1 247	1 363	72	94	67
1969	1 224	701 562	1 174	1 263	47	101	47

FONTE: D.E.E.

Tab. IX Bahia: Exportações interregionais, TOTAL

Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$, preços correntes)	Valor (p. constantes 1965-1967)	Índice elementar Volume
1950	188 242	92 464 977	3
1951	172 347	88 684 640	+
1952	243 262	106 446 901	3
1953	276 419	108 170 326	4
1954	282 022	111 694 427	5
1955	486 666	128 618 760	5
1956	167 121	136 914 840	9
1957	1120 651	138 364 393	20
1958	388 256	122 710 648	20
1959	573 751	196 117 132	25
1960	488 247	196 669 032	25
1961	409 247	297 102 758	46
1962	108 410	261 102 758	63
1963	616 386	215 677 293	61
1964	670 555	262 393 384	74
1965	556 280	369 263 309	83
1966	462 926	327 219 096	84
1967	234 739	288 861 469	100
1968	414 311	288 313 377	116
1969		408 233 769	112
			97

+ não há dados

FONTE: D.E.E.

*Quanto
Índice*

Tab. XX Bahia: Exportações interregionais, Materias Primas (cl.2)

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$, pregos correntes)	Valor (p. constantes 1965-1967)	Indice elementar de Volume
1950	92 804	298 834	26 921 981	2
1951	+ 191 911	373 790	28 317 424	+ 3
1952	158 626	507 211	37 851 567	3
1953	141 768	527 236	31 761 204	3
1954	180 551	781 552	36 351 265	2
1955	372 602	081 256	40 956 666	3
1956	038 934	735 472	54 920 000	7
1957	996 936	992 145	52 150 392	19
1958	290 772	637 942	49 215 335	18
1959	462 395	250 284	120 442 102	24
1960	383 853	20 754 148	220 086 405	45
1961	315 521	26 406 600	177 225 503	42
1962	039 227	39 980 187	157 402 311	62
1963	540 852	96 934 949	197 022 254	60
1964	600 081	218 824 948	299 760 202	73
1965	470 764	243 692 997	238 914 702	83
1966	398 399	227 627 632	182 102 105	84
1967	103 082	265 237 281	174 498 211	100
1968	238 259	448 257 122	250 422 973	116
1969				111
				98

+ não há dados

FONTE: D.F.E.

Tab. XXI Bahia: Exportações interregionais, Petróleo e Derivados

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$, preços correntes)	Valor (p. constantes 1965-1967)	Índice elementar de Volume
1950	+	+	+	+
1951	+ 15 071	+ 37 333	+ 4 725 734	+ 0,3
1952	+ 20 373	+ 46 578	+ 3 947 128	+ 0,4
1953	244 321	614 881	31 859 911	5
1954	924 445	090 798	38 680 780	17
1955	887 333	1175 139	34 461 554	17
1956	210 253	677 345	31 648 018	23
1957	431 609	977 249	119 269 213	46
1958	300 324	616 689	190 354 284	62
1959	243 779	527 179	185 253 377	61
1960	977 278	277 700	156 789 777	76
1961	486 700	423 105	203 197 988	85
1962	091 639	379 750	258 578 241	78
1963	420 560	690 548	230 381 693	103
1964	343 470	968 114	174 973 428	120
1965	959 381	802 923	139 227 692	113
1966				
1967				
1968				
1969				

+ não há dados

FONTE: D.E.E.

Tab. XXIII Bahia: Exportações interregionais, Manufaturados (cl. 5-9)

	Volume (Tonel.)	Valor (Cr\$, pregos correntes)	Valor (Cr\$, p. const. 1965-1967)	Índice elementar de Volume
1950	19 146	514 068	51 406 800	49
1951	+ 27 773	625 233	48 467 + 674	+ 71
1952	33 860	791 794	54 140 536	86
1953	73 545	064 473	54 034 161	187
1954	58 908	251 160	55 837 497	150
1955	45 962	683 555	60 559 532	117
1956	40 961	601 053	49 111 949	104
1957	29 722	894 651	49 728 370	75
1958	24 993	284 530	41 688 503	63
1959	27 040	217 473	47 879 060	69
1960	42 860	607 709	48 197 895	109
1961	35 309	762 620	55 846 186	89
1962	39 765	222 383	47 758 123	101
1963	39 968	228 452	47 485 946	102
1964	37 178	41 648 977	55 432 149	94
1965	47 216	69 426 038	69 774 910	120
1966	33 710	70 019 469	56 015 573	86
1967	88 546	139 188 648	85 391 805	225
1968	130 961	245 938 867	125 479 012	333

+ não há dados

FONTE: D.E.E.

B I B L I O G R A F I A

- 1) Almeida, R., Traços da Historia Econômica da Bahia no Ultimo Seculo e Meio, Revista de Economia e Finanças, 4 (1952) 60-79.
- 2) Azevedo De, Th., & Vieira Lins , E. Q., História do Banco da Bahia 1858 - 1958, Rio de Janeiro , Livraria José Olympio Editora, 1969.
- 3) Baldwin, R.E., Development Patterns in Newly Settled Areas, Manchester School of Economic and Social Studies, 24 (1956) 161-179.
- 4) Beckerman,W., Distance and the Pattern of Intra-European Trade, Review of Economics and Statistics, 38 (1956) 31-49.
- 5) Bergsman, J., Brazil Industrialization and Trade Policy, London-New York-Toronto , Oxford University Press, 1970.
- 6) Caine, Sir S., Instability of Primary Product Prices, Economic Journal , 19 (1954) 62-92.
- 7) Castro De, A.B., Raizes Historicas dos Desequilíbrios Regionais em Economias Subdesenvolvidas, Desenvolvimento & Conjuntura, 9 (1965) 97-113.
- 8) Chenery, H.B., Comparative Advantage and Development Policy, American Economic Review, 51 (1961) 33-48.
- 9) Christaller, W., Die zentralen Orte in Sueddeutschland: Eine oekonomisch-geographische Untersuchung ueber die Gesetzmæssigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit staedtischen Funktionen, Jena, Gustav Fischer Verlag, 1933.
- 10) Cohen, B.I. & Sisler D.G. , Exports of Developing Countries in the 1960's, Review of Economics and Statistics, 53 (1971) 354-362.
- 11) Dagum, C., Conséquences de l'Introduction du Concept de Structure dans la Théorie du Commerce Internationale, Economie Appliquée, 12 (1969) 65-89.

- 12) Furtado, C., Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971 (11a ed.).
- 13) Furtado, C., Um Projeto Para o Brasil, Rio de Janeiro, Editora Saga S.A., 1969.
- 14) Furtado, C., Dependência Externa y Teoria Econômica, El Trimestro Economico, 38 (1971) 335-351.
- 15) Galvan, C.G., Evolução da Renda per Capita no Brasil. O Nordeste Comparado com o Resto da Nação 1947-1966, Salvador, Universidade Federal da Bahia e Banco Econômico da Bahia, 1970.
- 16) Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959.
- 17) Haeberler, G., International Trade and Economic Development, Cairo, National Bank of Egypt, 1959.
- 18) Hirschman, A.O., The Strategy of Economic Development, New York, Yale University Press, 1960.
- 19) Fundação IBGE Instituto Brasileiro de Estatística, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1970, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.
- 20) Isard, W., Methods of Regional Analysis . An Introduction to Regional Science, Cambridge Massachusetts, The M.I.T. Press, 1960.
- 21) Kafka, A. The Brazilian Exchange Auction System, Review of Economics and Statistics, 38 (1956) 308-323.
- 22) Kuznets, S., Economic Growth of Small Nations, in Robinson, E.A.O., ed., The Economic Consequences of the Size of Nations, New York, St. Martins Press, 1960.
- 23) Leite, P.S., O Futuro do Sisal Nordestino, Revista Econômica, 1 (1970) 81-90.
- 24) Marshall, A., The Principles of Economics, London, Mac Millan Co, 1920 (8a ed.).
- 25) Meier, G.M., The International Economics of Development, New York-London, Harper & Row Publishers, 1968.

- 26) Mills, J.S., Principles of Political Economy, London, 1848.
- 27) Moroney, J.R., & Walker, J.M., A Regional Test of the Heckscher-Ohlin Hypothesis, Journal of Political Economy, 74 (1966) 573-586.
- 28) Myrdal, G., An International Economy, New York, Harper & Row, 1956.
- 29) Myrdal, G., Economic Theory and Underdeveloped Regions, London, Gerald Duckworth & Co LTD, 1957.
- 30) North, D.C., Location Theory and Regional Economic Growth, Journal of Political Economy, 63 (1955), reproduzido in Friedman, J. & Alonso, W., Regional Development and Planning, Cambridge Massachusetts, The M.I.T. Press, 1964.
- 31) Ohlin, B., Interregional and International Trade, Cambridge, Harvard University Press, 1952 (2a ed.).
- 32) Perroux, F., L'Economie du XXème Siècle, Paris, Presses Universitaires de France, 1964.
- 33) Prebisch, R., Commercial Policies in the Underdeveloped Countries, American Economic Review, 49 (1959) 261-264.
- 34) Richardson, H.W., Elements of Regional Economics, Baltimore, Penguin Books, 1969.
- 35) Samuelson, P.E., International Trade and the Equalisation of Factor Prices, in The Collected Scientific Papers of Paul E. Samuelson, Cambridge Massachusetts, The M.I.T. Press, 1963.
- 36) Schlittler Silva, H., A Atual Política de Exportação e a Economia Nacional, Revista do BNDE, 8 (1971) 16-24.
- 37) Secretaria de Industria e Comercio, Resenha Bimensal. Empresas que Solicitaram Colaboração Financeira a SUDENE-Estado da Bahia. Até Fevereiro de 1972, Salvador, Secretaria de Industria e Comercio, mimeo, 1972.
- 38) Simonsen, M.H., O Contrôlo Cambial, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas da U.F.M.G., mimeo, 1968.

- 39) Singer, H.W., The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries, American Economic Review, 40 (1950) 473-485.
- 40) SUDENE Departamento de Industrialização, Incentivos para a Indústria e Agricultura do Nordeste, Recife, SUDENE div. Documentação, 1969 (5a ed.).
- 41) SUDENE Assessoria Técnica, Importância do Comércio Exterior no Desenvolvimento da Economia do Nordeste, Recife, SUDENE, 1970 (versão preliminar).
- 42) Sunkel, O., Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional en la América Latina, El Trimestro Económico, 38 (1971) 571-629.
- 43) Tattersall, J.N., Exports and Economic Growth. The Pacific Northwest 1880 to 1960, Papers and Proceedings of the Regional Science Association, 9 (1962) 215-234.
- 44) Taussig, F.W., International Trade, London Macmillan Co, 1927.
- 45) Tiebout, Ch.M., Exports and Regional Economic Growth, Journal of Political Economy, 64 (1956), reproduzido in Friedman, J., & Alonso, W., Regional Development and Planning, Cambridge Massachusetts, The M.I.T. Press, 1964.
- 46) Viana, O., Aspectos da Economia Cacaueira, Revista Econômica, 1 (1969) 53-63.
- 47) Wionczek, M.S., Hacia el Establecimiento de um Trato Común para la Inversión Extranjera en el Mercado Comun Andino, El Trimestro Económico, 38 (1971) 659-702.